

Sumário

DIREITO DO TRABALHO	29		
<i>Henrique Correia</i>			
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	29		
✦ QUESTÕES	31		
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO	31	9.3. TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADOS	85
1.1. PARTE HISTÓRICA	31	9.4. SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	85
1.2. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO	36	9.5. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	90
1.3. FONTES	37	10. DURAÇÃO DO TRABALHO	91
2. PRINCÍPIOS	38	10.1. LIMITAÇÃO À JORNADA DE TRABALHO	93
3. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	41	10.2. JORNADAS ESPECIAIS	94
4. REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES	41	10.3. HORAS <i>IN ITINERE</i>	96
5. EMPREGADO	43	10.4. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO	97
5.1. EMPREGADOS BANCÁRIOS	48	10.5. TRABALHO NOTURNO	98
5.2. MOTORISTA PROFISSIONAL	49	10.6. TRABALHO EXTRAORDINÁRIO (PRORROGAÇÃO DE JORNADA)	98
5.3. TRABALHO EM FRIGORÍFICOS	50	10.7. INTERVALOS	101
5.4. EMPREGADO RURAL	51	10.8. FÉRIAS	102
5.5. EMPREGADO DOMÉSTICO	52	11. SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	103
5.6. PROTEÇÃO DO TRABALHO DO ADOLESCENTE	53	11.1. SALÁRIO COMPLESSIVO	109
5.7. APRENDIZ	60	11.2. ADICIONAL NOTURNO	110
5.8. PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER	63	11.3. DIÁRIAS PARA VIAGEM	111
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	68	12. ESTABILIDADE	112
6.1. TRABALHO AVULSO	68	13. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	113
6.2. ESTAGIÁRIO	70	13.1. TRABALHO ESCRAVO E DEGRADANTE	121
6.3. TRABALHO VOLUNTÁRIO	73	13.2. REPARAÇÃO DO DANO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	123
6.4. UBERIZAÇÃO	74	14. AVISO-PRÉVIO	126
6.5. TRABALHO DO PRESO	75	15. TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	127
7. TERCEIRIZAÇÃO	76	15.1. PRÁTICA DISCRIMINATÓRIA	132
7.1. TRABALHO TEMPORÁRIO	78	16. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	138
8. EMPREGADOR	80	17. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	139
9. CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	81	17.1. INTRODUÇÃO. INSTITUTOS BÁSICOS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	139
9.1. CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO ...	82	17.2. PRINCÍPIOS DO DIREITO COLETIVO	141
9.2. NULIDADES DO CONTRATO DE TRABALHO (TRABALHO ILÍCITO E TRABALHO PROIBIDO OU IRREGULAR)	83	17.3. ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA	144
		17.4. PRÁTICAS OU ATOS ANTISINDICAIS	157
		17.5. FONTES DE CUSTEIO DO SISTEMA SINDICAL	161

17.6.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA, DISSÍDIO COLETIVO E SENTENÇA NORMATIVA	166	4.8.8.	AERONAUTA	238
17.7.	VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO NORMATIVO	180	4.8.9.	AEROVIÁRIO	239
17.8.	GREVE	183	4.8.10.	SERVIÇOS EM FRIGORÍFICOS	239
18.	MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITO COLETIVOS	189	4.8.11.	TRABALHO EM MINAS DE SUBSOLO.....	240
★	DICAS	191	4.8.12.	TRABALHO AQUAVIÁRIO	240
1.	DIREITO DO TRABALHO	191	4.8.13.	TRABALHO DO PRESO	240
2.	DOS PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO DO TRABALHO	198	4.8.14.	TRABALHADORES EM CARTÓRIOS.....	241
2.1.	PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO.....	198	5.	EMPREGADOR	242
2.2.	FONTES	200	5.1.	GRUPO ECONÔMICO.....	242
2.3.	INTEGRAÇÃO.....	201	5.1.1.	RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E SUBSIDIÁRIA	242
2.4.	EFICÁCIA DAS NORMAS TRABALHISTAS	202	5.2.	SUCCESSÃO DE EMPREGADORES.....	242
2.5.	FLEXIBILIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO	202	5.3.	SÓCIO RETIRANTE	244
2.6.	RENÚNCIA E TRANSAÇÃO	203	5.4.	PODERES DO EMPREGADOR	244
3.	DIREITOS CONSTITUCIONAIS DOS TRABALHADORES	204	5.4.1.	PODER DE ORGANIZAÇÃO	244
4.	SUJEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO	209	5.4.2.	PODER DE CONTROLE	245
4.1.	EMPREGADO	209	5.4.3.	PODER DISCIPLINAR.....	247
4.1.1.	REQUISITOS NÃO ESSENCIAIS AO VÍNCULO DE EMPREGO	211	6.	ASSÉDIO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	247
4.1.1.1.	TRABALHO EM DOMICÍLIO E TELETRABALHO	212	7.	RELAÇÕES DE TRABALHO <i>LATO SENSU</i>	249
4.1.2.	NOVA REGULAMENTAÇÃO DO TELETRABALHO DADA PELA LEI Nº 14.442/2022	212	8.	PROTEÇÃO DO TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..	250
4.2.	CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL..	213	8.1.	SALÁRIO DO ADOLESCENTE	253
4.2.1.	REGISTRO DE EMPREGADOS	215	8.2.	DAS FÉRIAS DO EMPREGADO ADOLESCENTE.....	254
4.3.	EXIGÊNCIA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS.....	215	8.2.1.	DOS DIREITOS DE PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO DO TRABALHO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/90 E ALTERAÇÕES).....	254
4.4.	EMPREGADO RURAL (LEI Nº 5.889/73)	215	8.3.	APRENDIZ	255
4.4.1.	PECULIARIDADES DOS EMPREGADOS RURAIS	216	9.	PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER.....	258
4.4.2.	CONTRATO TEMPORÁRIO RURAL (ART. 14-A DA LEI Nº 5.889/73)	216	9.1.	LICENÇA-MATERNIDADE	259
4.5.	TRABALHO DOMÉSTICO	217	9.1.1.	DATA DE INÍCIO DA LICENÇA-MATERNIDADE (ADI Nº 6327/DF).....	260
4.6.	EMPREGADO PÚBLICO	223	9.1.2.	TEMA CORRELATO: LICENÇA-PATERNIDADE (ADO Nº 20/DF).....	261
4.7.	ALTOS EMPREGADOS	226	9.2.	ESTABILIDADE DA GESTANTE.....	261
4.8.	CONTRATOS DE TRABALHO ESPECIAIS.....	228	9.3.	MEIO AMBIENTE DE TRABALHO.....	267
4.8.1.	BANCÁRIO	228	9.4.	PROGRAMA EMPREGA + MULHERES (LEI Nº 14.457/2022)	268
4.8.2.	BOMBEIRO CIVIL	229	9.4.1.	DO APOIO À PARENTALIDADE NA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	268
4.8.3.	MOTORISTA PROFISSIONAL	229	9.4.2.	DO APOIO À PARENTALIDADE POR MEIO DA FLEXIBILIZAÇÃO DO REGIME DE TRABALHO.....	268
4.8.4.	TRABALHO DESPORTIVO	234	9.4.3.	DAS MEDIDAS PARA QUALIFICAÇÃO DE MULHERES	268
4.8.5.	ARTISTA	236	9.4.4.	DO APOIO AO RETORNO AO TRABALHO APÓS O TÉRMINO DA LICENÇA-MATERNIDADE.....	268
4.8.6.	JORNALISTA	236			
4.8.7.	PROFESSOR	237			

9.4.5.	DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E DE COMBATE AO ASSÉDIO SEXUAL E A OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA NO ÂMBITO DO TRABALHO	269	10.16.	TRABALHO TEMPORÁRIO	280
9.4.6.	DO SELO EMPREGA + MULHER	269	11.	CONTRATO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE TRABALHO	283
9.5.	LEI Nº 14.611/23 (LEI DE IGUALDADE SALARIAL) ..	269	11.1.	RELAÇÃO DE TRABALHO X RELAÇÃO DE EMPREGO.....	283
10.	TERCEIRIZAÇÃO	271	11.2.	CONTRATO DE TRABALHO	283
10.1.	GENERALIDADES.....	271	11.3.	CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO DE TRABALHO...	283
10.2.	TERCEIRIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA EMPRESA	272	11.4.	CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO ...	283
10.2.1.	TERCEIRIZAÇÃO NA SÚMULA Nº 331 DO TST	272	11.5.	CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE TRABALHO INTERMITENTE.....	284
10.2.2.	REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	272	11.6.	ALTERAÇÃO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	285
10.2.3.	REFORMA TRABALHISTA – LEI Nº 13.467/2017	272	11.7.	TRANSFERÊNCIA DE LOCAL DE TRABALHO	287
10.3.	QUATEIRIZAÇÃO	273	11.8.	SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	288
10.4.	REQUISITOS PARA O FUNCIONAMENTO DA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A TERCEIROS	273	11.9.	EFEITOS DO CONTRATO DE TRABALHO.....	290
10.5.	REQUISITOS DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO.....	274	11.9.1.	DANO MATERIAL E MORAL	291
10.6.	RESPONSABILIDADE DA TOMADORA	274	11.10.	COLETA, MINERAÇÃO, TRATAMENTO E PROCESSAMENTO DE DADOS.....	296
10.7.	DIREITOS DOS TERCEIRIZADOS	274	12.	DURAÇÃO DO TRABALHO E JORNADA DE TRABALHO	297
10.8.	CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	275	12.1.	LIMITE DE TOLERÂNCIA	299
10.8.1.	SÚMULA Nº 331 DO TST.....	275	12.2.	EMPREGADOS NÃO SUBMETIDOS À LIMITAÇÃO DE JORNADA	300
10.8.2.	LEI Nº 13.429/2017.....	275	12.3.	REGIME DE TEMPO PARCIAL	300
10.8.3.	REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.467/2017 (REFORMA TRABALHISTA) ..	275	12.4.	TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO	301
10.9.	SALÁRIO EQUIVALENTE	275	12.5.	HORAS <i>IN ITINERE</i>	302
10.10.	QUARENTENA E REFORMA TRABALHISTA	276	12.6.	TRABALHO NOTURNO	302
10.10.1.	SÚMULA Nº 331 DO TST.....	276	12.7.	TRABALHO EXTRAORDINÁRIO	302
10.10.2.	REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	276	12.8.	COMPENSAÇÃO	303
10.10.3.	REFORMA TRABALHISTA – LEI Nº 13.467/2017	276	12.9.	PERÍODOS DE DESCANSO	304
10.11.	PERÍODO DE QUARENTENA DO EMPREGADO TERCEIRIZADO	276	12.9.1.	INTERVALO INTRAJORNADA.....	304
10.11.1.	SÚMULA Nº 331 DO TST.....	277	12.9.2.	INTERVALO INTERJORNADA	306
10.11.2.	REGULAMENTAÇÃO PELA LEI Nº 13.429/2017 (31/03/2017).....	277	12.9.3.	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO (DSR)	306
10.11.3.	QUARENTENA NA REFORMA TRABALHISTA (LEI Nº 13.467/2017)	277	12.9.4.	FÉRIAS	307
10.12.	INAPLICABILIDADE DA LEGISLAÇÃO ÀS EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES	277	12.9.4.1.	DIREITOS ÀS FÉRIAS E SUA DURAÇÃO	307
10.13.	CONSEQUÊNCIAS DA LEI Nº 13.429/2017 PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	277	12.9.4.2.	CONCESSÃO E ÉPOCA DAS FÉRIAS	308
10.14.	REFLEXOS NA SÚMULA 331 DO TST	280	12.9.4.3.	REMUNERAÇÃO DAS FÉRIAS....	308
10.15.	DONO DA OBRA	280	12.9.4.4.	ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS	309
			12.9.4.5.	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO E PAGAMENTO DAS FÉRIAS PROPORCIONAIS.....	309
			12.9.4.6.	FÉRIAS COLETIVAS	309
			13.	SALÁRIO E REMUNERAÇÃO	310

13.1.	SALÁRIO MÍNIMO	310	16.2.6.	ESTABILIDADE DO REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS (REFORMA TRABALHISTA)	344
13.2.	MODALIDADES DE SALÁRIO	311	16.2.7.	DESPEDIDA E REINTEGRAÇÃO DO EMPREGADO ESTÁVEL	344
13.3.	PARCELAS SALARIAIS (COMPOSIÇÃO DO SALÁRIO)	313	17.	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	345
13.4.	GRATIFICAÇÕES	314	17.1.	TEORIA DA NULIDADE DA DESPEDIDA ARBITRÁRIA – CONVENÇÃO 158 DA OIT	345
13.5.	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	315	17.2.	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA OU ARBITRÁRIA	346
13.6.	ADICIONAIS SALARIAIS	315	17.3.	PEDIDO DE DEMISSÃO	346
13.6.1.	ADICIONAL DE HORA EXTRAORDINÁRIA	315	17.4.	DISTRATO (REFORMA TRABALHISTA)	347
13.6.2.	ADICIONAL NOTURNO	315	17.5.	JUSTA CAUSA: DISPENSA POR JUSTA CAUSA, RESCISÃO INDIRETA E CULPA RECÍPROCA	347
13.6.3.	ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA	315	17.6.	DEMAIS HIPÓTESES DE TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	349
13.6.4.	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE	316	17.6.1.	TÉRMINO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	349
13.6.5.	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	323	17.6.2.	FORÇA MAIOR	350
13.6.6.	ADICIONAL DE PENOSIDADE	329	17.6.3.	MORTE DO EMPREGADOR	351
13.7.	PARCELAS SEM NATUREZA SALARIAL (INDENIZATÓRIAS)	329	17.6.4.	MORTE DO EMPREGADOR PESSOA FÍSICA (EXTINÇÃO DO ESTABELECIMENTO)	351
13.7.1.	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS – PLR	329	17.6.5.	MORTE DO EMPRESÁRIO INDIVIDUAL	351
13.7.2.	AJUDA DE CUSTO	330	17.6.6.	FATO DO PRÍNCIPE OU <i>FACTUM PRINCIPIS</i> (PARALISAÇÃO TEMPORÁRIA OU DEFINITIVA DO TRABALHO)	351
13.7.3.	DIÁRIAS PARA VIAGEM	330	17.7.	DISPENSA COLETIVA	351
13.7.4.	VALE-TRANSPORTE	330	17.8.	HOMOLOGAÇÃO DAS VERBAS TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	352
13.7.5.	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	330	17.9.	QUITAÇÃO ANUAL DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	357
13.7.6.	PRÊMIOS	330	18.	ESTADO DE CALAMIDADE E LEGISLAÇÃO DE EXCEÇÃO	357
13.7.7.	ABONOS	330	18.1.	LEI Nº 14.020/2020 E MP 1.045/2021, REJEITADA ..	357
13.7.8.	SALÁRIO-FAMÍLIA	330	18.2.	LEI Nº 14.437/2022	358
13.7.9.	SALÁRIO-EDUCAÇÃO	331	19.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	359
13.7.10.	PIS/PASEP	331	20.	SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO	361
13.8.	SALÁRIO-UTILIDADE OU SALÁRIO <i>IN NATURA</i>	331	20.1.	DEVERES DO EMPREGADOR	362
13.9.	FORMAS E MEIOS DE PAGAMENTO DO SALÁRIO	332	20.2.	DEVERES DO EMPREGADO	364
13.10.	EQUIPARAÇÃO SALARIAL	333	20.3.	MINISTÉRIO DO TRABALHO E NORMAS REGULAMENTADORAS SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO	364
13.11.	DESVIO E ACÚMULO DE FUNÇÃO	335	20.4.	INTERDIÇÃO OU EMBARGO E INSPEÇÃO PRÉVIA	364
14.	AVISO-PRÉVIO	335	20.5.	ACIDENTE DE TRABALHO	364
15.	FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO – FGTS	337	20.6.	CIPA – COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E ASSÉDIO	367
15.1.	HIPÓTESES DE SAQUE DOS DEPÓSITOS	337	20.7.	DA COMPETÊNCIA PARA APRECIAR E JULGAR QUESTÕES LIGADAS AO AMBIENTE DE TRABALHO ..	368
15.2.	CORREÇÃO DO FGTS	339			
16.	ESTABILIDADE	339			
16.1.	ESTABILIDADE POR TEMPO DE SERVIÇO	340			
16.2.	ESTABILIDADES PROVISÓRIAS	340			
16.2.1.	DIRIGENTE SINDICAL	340			
16.2.2.	EMPREGADO REPRESENTANTE DA CIPA	341			
16.2.3.	EMPREGADO ACIDENTADO	341			
16.2.4.	EMPREGADO PÚBLICO	342			
16.2.5.	ESTABILIDADE GESTANTE E ADOTANTE (LEI Nº 13.509/2017)	342			

21.	DIREITO COLETIVO.....	368	7.4.	ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	393
21.1.	LIBERDADE SINDICAL (CONVENÇÃO Nº 87 DA OIT).....	370	7.5.	SUSPENSÃO E INTERRUPTÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	394
21.2.	ORGANIZAÇÃO SINDICAL BRASILEIRA.....	370	7.6.	DANO MATERIAL.....	394
21.2.1.	FORMAÇÃO HISTÓRICA DO SINDICALISMO NO BRASIL.....	370	8.	DURAÇÃO DO TRABALHO.....	394
21.2.2.	MODELO DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL.....	370	8.1.	DURAÇÃO DO TRABALHO.....	394
21.2.3.	CUSTEIO DAS ENTIDADES SINDICAIS.....	373	8.2.	SOBREAVISO.....	394
21.2.4.	ASSOCIAÇÕES SINDICAIS DE GRAU SUPERIOR.....	374	8.3.	FISCALIZAÇÃO DA JORNADA.....	395
21.3.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA (ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO).....	375	8.4.	HORAS <i>IN ITINERE</i>	395
21.4.	GREVE.....	378	8.5.	MOTORISTA, GERENTE E FERROVIÁRIO SUBMETIDOS AO ART. 62 DA CLT.....	396
21.4.1.	GREVE EM SERVIÇOS ESSENCIAIS.....	380	8.6.	TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO.....	396
21.4.2.	GREVE NO SERVIÇO PÚBLICO.....	381	8.7.	TRABALHO NOTURNO.....	396
22.	COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	382	8.8.	COMPENSAÇÃO DE JORNADA.....	397
23.	DA REPRESENTAÇÃO DOS EMPREGADOS (REFORMA TRABALHISTA).....	383	8.9.	JORNADA DO TELEFONISTA, JORNALISTA E ADVOGADO.....	397
24.	DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS.....	384	8.10.	INTERVALOS.....	398
✦	SÚMULAS, ORIENTAÇÕES JURISPRUDENCIAIS E TESES VINCULANTES EM IRR DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	385	8.11.	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADOS (LEI Nº 605/1949).....	399
1.	REGULAMENTO DE EMPRESA (NORMA REGULAMENTAR).....	385	8.12.	FÉRIAS.....	400
1.1.	COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA.....	385	9.	REMUNERAÇÃO.....	400
2.	PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI.....	386	9.1.	SALÁRIO E REMUNERAÇÃO.....	400
3.	PROGRAMA DE INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA.....	387	9.2.	AUMENTO SALARIAL CONCEDIDO PELA EMPRESA E SALÁRIO UTILIDADE.....	401
4.	EMPREGADO.....	387	9.3.	COMISSÕES.....	402
4.1.	DIRETOR ELEITO.....	387	9.4.	GRATIFICAÇÕES.....	402
4.2.	EMPREGADO BANCÁRIO.....	387	9.5.	ADICIONAL DE RISCO DO PORTUÁRIO.....	403
4.3.	EMPREGADO RURAL.....	389	9.6.	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO E ADICIONAL REGIONAL.....	403
4.3.1.	ENQUADRAMENTO COMO TRABALHADOR RURAL.....	389	9.7.	ABONO PREVISTO EM NORMA COLETIVA.....	403
4.3.2.	PRESCRIÇÃO DO TRABALHADOR RURAL..	389	9.8.	GRATIFICAÇÃO NATALINA OU DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO.....	403
4.3.3.	SALÁRIO-FAMÍLIA RURÍCOLA.....	389	9.9.	ADICIONAIS.....	403
4.3.4.	EMPREGADO RURAL E HORAS <i>IN ITINERE</i>	389	9.9.1.	ADICIONAL DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS.....	403
4.4.	EMPREGADO DOMÉSTICO.....	389	9.9.1.1.	CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS.....	405
5.	EMPREGADOR.....	390	9.9.2.	ADICIONAL NOTURNO.....	405
6.	TERCEIRIZAÇÃO.....	391	9.9.3.	ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA.....	405
7.	CONTRATO DE TRABALHO.....	391	9.10.	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.....	405
7.1.	IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE EMPREGADO. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CTPS.....	391	9.10.1.	INTEGRAÇÃO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.....	406
7.2.	CONTRATO DE EXPERIÊNCIA E CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO.....	392	9.10.2.	CARACTERIZAÇÃO DE ATIVIDADES PERIGOSAS.....	406
7.3.	DA NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO.....	392	9.10.2.1.	ELETRICITÁRIOS.....	406
			9.10.2.2.	PORTUÁRIOS.....	406

9.10.2.3.	BOMBA DE GASOLINA.....	406	9.11.5.3.	AMBIENTES ARTIFICIALMENTE FRIOS	410
9.10.2.4.	TRABALHO REALIZADO NA ÁREA DE ABASTECIMENTO DE AERONAVES	406	9.11.5.4.	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	410
9.10.2.5.	SISTEMA ELÉTRICO DE POTÊNCIA.....	406	9.11.5.5.	VARRIÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS.....	410
9.10.2.6.	RADIAÇÃO IONIZANTE OU SUBSTÂNCIA RADIOATIVA.....	407	9.11.5.	FORNECIMENTO DE APARELHO DE PROTEÇÃO	410
9.10.2.7.	ARMAZENAMENTO DE LÍQUIDO INFLAMÁVEL NO PRÉDIO. CONSTRUÇÃO VERTICAL	407	9.11.6.	SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL	410
9.10.2.8.	AGENTE DE APOIO SOCIOEDUCATIVO	407	9.11.7.	CAUSA DE PEDIR.....	411
9.10.2.9.	EMPILHADEIRAS E GLP	407	9.12.	PARCELAS INDENIZATÓRIAS	411
9.10.3.	NÃO CARACTERIZAÇÃO DE ATIVIDADES PERIGOSAS	407	9.12.1.	PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS	411
9.10.3.1.	PERMANÊNCIA A BORDO DE AERONAVES	407	9.12.2.	DIÁRIAS	411
9.10.3.2.	RAIOS X MÓVEIS E EXPOSIÇÃO EVENTUAL.....	408	9.12.3.	VALE-TRANSPORTE	411
9.10.3.3.	ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS POR TERCEIROS	408	9.12.4.	SALÁRIO-FAMÍLIA	411
9.10.4.	PERÍCIA.....	408	9.12.5.	SEGURO-DESEMPREGO	411
9.11.	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	408	9.12.6.	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	411
9.11.1.	INTEGRAÇÃO	408	9.13.	EQUIPARAÇÃO SALARIAL.....	411
9.11.2.	BASE DE CÁLCULO	408	9.14.	DESCONTOS SALARIAIS	413
9.11.3.	PERÍCIA.....	409	9.14.1.	MULTA PREVISTA NOS ARTIGOS 467 E 477	413
9.11.4.	NÃO CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE INSALUBRE. RELAÇÃO OFICIAL ELABORADA PELO MTE.....	409	9.14.2.	RESCISÃO DO CONTRATO. PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS	413
9.11.4.1.	RAIOS SOLARES	409	9.14.3.	INADIMPLENTO DE VERBAS TRABALHISTAS. FRUTOS. POSSE DE MÁ-FÉ.....	413
9.11.4.2.	DIREITO ADQUIRIDO	409	9.15.	REAJUSTES SALARIAIS E PLANOS ECONÔMICOS	413
9.11.4.3.	USO DE FONES DE OUVIDO PELO OPERADOR DE TELEMARKETING.....	409	9.16.	EFEITOS FINANCEIROS DA ANISTIA. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26/1985	414
9.11.4.4.	AGENTE DE APOIO SOCIOEDUCATIVO	409	10.	ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO	415
9.11.4.5.	CONTATO COM ÁLCALIS CÁUSTICOS DILUÍDOS	409	10.1.	ESTABILIDADE PROVISÓRIA.....	415
9.11.4.6.	CONTATO COM CIMENTO NA CONSTRUÇÃO CIVIL	410	10.2.	ESTABILIDADE PREVISTA NA CLT (DECENAL)	415
9.11.5.	CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE INSALUBRE. RELAÇÃO OFICIAL ELABORADA PELO MTE.....	410	10.3.	DIRIGENTE SINDICAL	415
9.11.5.1.	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	410	10.3.1.	ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO CONSELHEIRO FISCAL.....	415
9.11.5.2.	ÓLEOS MINERAIS	410	10.3.2.	ESTABILIDADE PROVISÓRIA DO DELEGADO SINDICAL.....	416
			10.4.	GESTANTE	416
			10.5.	ESTABILIDADE DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO	416
			10.6.	CIPA.....	417
			10.7.	DIRETORES DE COOPERATIVAS	417
			10.8.	SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. EMPREGADO DE EMPRESA PÚBLICA E SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	417

10.8.1.	SERVIDOR PÚBLICO DE FUNDAÇÃO REGIDO PELA CLT.....	418	13.1.3.	AÇÃO RESCISÓRIA. PRESCRIÇÃO TOTAL E PARCIAL.....	424
10.9.	ESTABILIDADE PREVISTA EM REGULAMENTO INTERNO	418	13.1.4.	SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	425
11.	FGTS	418	13.1.5.	INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO	425
11.1.	INCIDÊNCIA DO FGTS	418	13.1.6.	RURÍCOLA.....	425
11.1.1.	NÃO INCIDÊNCIA DO FGTS.....	418	13.1.7.	PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE	425
11.1.2.	ÍNDICE DE CORREÇÃO.....	418	13.1.8.	FGTS	425
11.2.	MULTA DE 40% DO FGTS.....	418	13.1.9.	EXPURGOS INFLACIONÁRIOS	425
11.3.	CONTRATO NULO.....	419	13.1.10.	AÇÃO DE CUMPRIMENTO	426
11.4.	PRESCRIÇÃO	419	13.1.11.	MUDANÇA DO REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO.....	426
11.5.	EXPURGOS INFLACIONÁRIOS.....	419	13.1.12.	COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO E AUXÍLIO FUNERAL	426
12.	AVISO PRÉVIO E TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	419	13.1.13.	MINISTÉRIO PÚBLICO	426
12.1.	AVISO-PRÉVIO	419	13.2.	DECADÊNCIA	426
12.2.	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	421	14.	DIREITO COLETIVO DO TRABALHO.....	426
12.2.1.	FÉRIAS PROPORCIONAIS	421	14.1.	PODER NORMATIVO DO TST	426
12.2.2.	DISPENSA DISCRIMINATÓRIA.....	421	14.2.	VIGÊNCIA DA CONVENÇÃO E DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. ULTRATIVIDADE	426
12.2.3.	FALTA GRAVE	421	14.3.	CATEGORIA DIFERENCIADA.....	426
12.2.3.1.	CULPA RECÍPROCA	421	14.4.	MULTA PREVISTA EM INSTRUMENTO NORMATIVO.....	427
12.2.4.	APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. EXTINÇÃO DO CONTRATO	421	14.5.	CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, CONFEDERATIVA E ASSISTENCIAL.....	427
12.2.5.	DESPEDIDA IMOTIVADA DO SERVIDOR PÚBLICO	421	14.6.	ORGANIZAÇÃO SINDICAL.....	427
12.2.6.	READMISSÃO.....	422	14.7.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA	428
12.2.7.	MULTA PREVISTA NO ART. 477 DA CLT.....	422	14.8.	GREVE	428
12.2.7.1.	MULTA DO ART. 477, §8º DA CLT: QUANDO É DEVIDA	422	15.	OUTROS ASSUNTOS.....	428
12.2.7.2.	MULTA DO ART. 477, §8º DA CLT: HIPÓTESES QUE NÃO EXCLUEM SUA INCIDÊNCIA	422	✦	SÚMULAS E OJS DO TST QUE FORAM OU PODERÃO SER IMPACTADAS PELA REFORMA TRABALHISTA EM DIREITO DO TRABALHO	429
12.2.7.3.	MULTA DO ART. 477, §8º DA CLT: QUANDO NÃO É DEVIDA ...	422	✦	INFORMATIVOS DO TST	431
12.2.7.4.	MULTA DO ART. 477, §8º DA CLT: BASE DE CÁLCULO DA MULTA.....	422	1.	REGULAMENTO INTERNO	431
12.2.8.	TÉRMINO DAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS. PAGAMENTO DO SALÁRIO	423	1.1.	REQUISITOS PARA DISPENSA PREVISTOS EM REGULAMENTO INTERNO	431
12.2.9.	CONTRATO NULO	423	1.2.	DESCUMPRIMENTO DE NORMA INTERNA.....	431
12.2.10.	QUITACÃO E COMPENSAÇÃO	423	1.3.	REGULAMENTO INTERNO – PROGRESSÃO HORIZONTAL POR MERECIMENTO	432
13.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	423	1.4.	COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA	432
13.1.	PRESCRIÇÃO	423	2.	BANCÁRIO	433
13.1.1.	PRESCRIÇÃO TOTAL	423	2.1.	PRÉ-CONTRATAÇÃO DE HORAS EXTRAS	434
13.1.2.	PRESCRIÇÃO PARCIAL	424	2.2.	GERENTE E GERENTE-GERAL DA AGÊNCIA.....	435

2.2.1.	CONTROLE DE HORÁRIO	435	10.7.	QUEBRA DE CAIXA	462
2.2.2.	TEMPO DESPENDIDO NA REALIZAÇÃO DE CURSOS PELA INTERNET E À DISTÂNCIA	435	10.8.	VALE-TRANSPORTE.....	462
2.2.3.	AUTORIZAÇÃO PARA SE AUSENTAR DA AGÊNCIA.....	436	10.9.	DESVIO DE FUNÇÃO	462
2.2.4.	GERENTE QUE POSSUI RESTRIÇÕES A DETERMINADAS ATIVIDADES	436	10.9.1	ACÚMULO DE FUNÇÃO	463
2.2.5.	QUEBRA DE CAIXA.....	436	10.10.	CARGO DE CONFIANÇA	463
2.2.6.	ADVOGADO.....	437	10.11.	EQUIPARAÇÃO SALARIAL.....	464
3.	EMPREGADOR	437	11.	ESTABILIDADE	465
3.1.	GRUPO ECONÔMICO.....	437	11.1.	ESTABILIDADE PREVISTA EM NORMA COLETIVA	466
3.2.	PODER DE FISCALIZAÇÃO OU CONTROLE.....	438	11.2.	EMPREGADA DOMÉSTICA	466
3.3.	INTERMEDIAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	439	12.	FECHAMENTO DO ESTABELECIMENTO.....	467
3.4.	RESPONSABILIDADE E DANO MORAL	439	13.	DEPÓSITO DO FGTS.....	467
3.5.	SUCCESSÃO TRABALHISTA.....	444	14.	DISPENSA POR JUSTA CAUSA	468
4.	TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA.....	444	14.1.	ATO DE IMPROBIDADE	469
4.1.	REQUISITOS DA TERCEIRIZAÇÃO ILÍCITA	445	14.2.	RESCISÃO INDIRETA.....	469
4.2.	DONO DA OBRA – RESPONSABILIDADE.....	446	14.2.1.	DESCUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO (ART. 483, CLT)	469
4.3.	TRABALHO TEMPORÁRIO	447	14.2.2.	DISPENSA EM MASSA.....	470
5.	REVERSÃO	447	15.	PRESCRIÇÃO	470
5.1.	GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO	447	15.1.	PRESCRIÇÃO PARCIAL.....	470
6.	SUSPENSÃO DO CONTRATO	449	16.	PRESCRIÇÃO TOTAL	472
6.1.	DEPÓSITO DO FGTS	449	17.	PRESCRIÇÃO APLICADA AO EMPREGADO RURAL.....	473
7.	JORNADA DE TRABALHO	449	18.	PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE	474
7.1.	HORA IN ITINERE.....	449	19.	SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	474
7.2.	SOBREAVISO	450	20.	SINDICATO	474
7.3.	TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO.....	451	20.1.	SINDICATO REPRESENTANTE DE MOTORISTAS.....	475
7.4.	TRABALHO EXTRAORDINÁRIO	451	20.2.	COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA.....	476
7.4.1.	PAGAMENTO EM VALOR FIXO MENSAL....	451	21.	GREVE.....	476
8.	PERÍODOS DE DESCANSO	452	21.1.	EXIGÊNCIA DE APROVAÇÃO DA GREVE POR ASSEMBLEIA	477
8.1.	INTERVALO INTRAJORNADA	452	21.2.	COMUNICAÇÃO APENAS DO “ESTADO DE GREVE” ...	477
8.2.	DSR E FERIADOS	453	21.3.	DISPENSA COLETIVA. EXIGÊNCIA DE NEGOCIAÇÃO COM SINDICATO PROFISSIONAL	478
8.3.	FÉRIAS	454	21.4.	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – ILEGITIMIDADE ATIVA.....	478
9.	REMUNERAÇÃO	454	22.	NEGOCIAÇÃO COLETIVA.....	478
9.1.	SALÁRIO COMPLESSIVO.....	456	23.	TÉRMINO DO CONTRATO.....	483
9.2.	PISO SALARIAL	456	23.1.	PARCELAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS	485
10.	ADICIONAIS SALARIAIS.....	456	23.2.	DISPENSA DISCRIMINATÓRIA	485
10.1.	ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA	456	24.	RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO / CATEGORIA	486
10.2.	ADICIONAL NOTURNO – JORNADA MISTA.....	457	25.	TRABALHADOR AVULSO.....	487
10.3.	ADICIONAL DE HORAS EXTRAS.....	458	26.	CONCURSO PÚBLICO.....	487
10.4.	ADICIONAL DE INSALUBRIDADE	458	27.	ATESTADO MÉDICO – CID	489
10.5.	ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.....	460	27.1.	LIMBO JURÍDICO PREVIDENCIÁRIO	489
10.6.	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO	462			

28. DISSÍDIO COLETIVO	489
29. EMPREGADO COM DEFICIÊNCIA	490
30. <i>HABEAS CORPUS</i>	490
31. PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA	490
32. TEMPO DE DESLOCAMENTO	490
33. AVISO PRÉVIO	491
34. APRENDIZ	491

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO ... 493

Camila Sabongi e Gabriel Ruscito

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	493
--	-----

✦ QUESTÕES 495

1. FONTES; AUTONOMIA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO; INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E EFICÁCIA	495
2. PRINCÍPIOS	498
3. ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	499
4. COMPETÊNCIA	500
5. PARTES E PROCURADORES	508
6. ATOS, TERMOS E PRAZOS PROCESSUAIS	515
7. PROCEDIMENTOS NOS DISSÍDIOS INDIVIDUAIS: COMUM, SUMÁRIO E SUMARÍSSIMO	522
8. AUDIÊNCIA	524
9. RESPOSTA DO RÉU	526
10. PROVAS	527
11. RAZÕES FINAIS E SENTENÇA	536
12. TUTELAS DE URGÊNCIA, EVIDÊNCIA, ANTECEDENTE E CAUTELAR NO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	539
13. RECURSOS TRABALHISTAS	541
14. EXECUÇÃO TRABALHISTA	562
15. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	572
16. TUTELA COLETIVA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO CIVIL COLETIVA	578
17. AÇÃO ANULATÓRIA	598
18. AÇÃO RESCISÓRIA	601
19. MANDADO DE SEGURANÇA	606
20. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL	613
21. INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	614
22. DISSÍDIO COLETIVO	615
23. CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM	622
24. TEMAS DIVERSOS	623

✦ DICAS 630

1. FONTES; AUTONOMIA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO; INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E EFICÁCIA	630
--	-----

1.1 FONTES	630
1.2 AUTONOMIA	630
1.3 INTERPRETAÇÃO	630
1.4 INTEGRAÇÃO	631
1.4.1 ESPÉCIES DE LACUNAS	631
1.5 EFICÁCIA NO TEMPO	631
2. PRINCÍPIOS DO PROCESSO DO TRABALHO	631
2.1 FUNÇÕES DOS PRINCÍPIOS	631
2.2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	631
2.2.1 DEVIDO PROCESSO LEGAL	631
2.2.2 JUIZ NATURAL	632
2.2.3 IGUALDADE PROCESSUAL	632
2.2.4 INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO	632
2.2.5 CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA	632
2.2.6 MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	632
2.2.7 PUBLICIDADE	632
2.2.8 DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO	633
2.3. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DO PROCESSO DO TRABALHO	633
2.3.1 PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO	633
2.3.2 PRINCÍPIO DA CONCILIAÇÃO	633
2.3.3 PRINCÍPIO DO <i>JUS POSTULANDI</i>	633
2.3.4 PRINCÍPIO DA SIMPLICIDADE	633
2.3.5 PRINCÍPIO DA ORALIDADE	633
2.3.6 PRINCÍPIO DA CONCENTRAÇÃO	633
2.3.7 PRINCÍPIO DA IMEDIATIDADE OU DA IMEDIAÇÃO	634
2.3.8 PRINCÍPIO DA IRRECORRIBILIDADE IMEDIATA DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	634
3. ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	634
4. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	635
4.1 PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO	635
4.2 COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA E DERIVADA	635
4.3 REGRA DA KOMPETENZ-KOMPETENZ	636
4.4 COMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA	636
4.4.1 COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA PESSOA E MATÉRIA	636
4.4.2 COMPETÊNCIA FUNCIONAL	638
4.4.3 COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LUGAR	638
4.4.4 CRITÉRIOS DE MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA	639
5. PARTES E PROCURADORES	639

5.1	CAPACIDADE PROCESSUAL, REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA	639	11.1.4	PRINCÍPIO DA CONCENTRAÇÃO.....	653
5.1.1	CAPACIDADE POSTULATÓRIA E <i>JUS POSTULANDI</i>	640	11.1.5	CARACTERÍSTICAS DAS AUDIÊNCIAS.....	653
5.2	SUCCESSÃO PROCESSUAL.....	640	11.1.6	ATRASO OU AUSÊNCIA NA AUDIÊNCIA.....	653
5.3	SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.....	640	11.1.7	APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO PELO ADVOGADO SOZINHO.....	654
5.4	PODERES, DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS SUJEITOS DO PROCESSO	641	11.1.8	GRAVAÇÃO DA AUDIÊNCIA	655
5.5	CUSTAS E BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA	642	12.	RESPOSTA DO RÉU.....	655
5.6	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E PERICIAIS	643	12.1	EXCEÇÕES.....	655
6.	LITISCONSÓRCIO	644	12.2	CONTESTAÇÃO	656
6.1.	LITISCONSÓRCIO MULTITUDINÁRIO	644	12.3	RECONVENÇÃO	656
6.2.	REVELIA	645	13.	PROVAS	656
6.3	CONTAGEM PRAZO PROCESSUAL.....	645	13.1	ÔNUS DA PROVA	656
7.	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	645	13.2	VALORAÇÃO DA PROVA.....	658
7.1	ASSISTÊNCIA.....	645	13.3	PROVA EMPRESTADA.....	658
7.2.	DENÚNCIAÇÃO DA LIDE	645	13.4	PROIBIÇÃO DA PROVA ILÍCITA	658
7.3.	CHAMAMENTO AO PROCESSO	646	13.5	MEIOS DE PROVA	658
7.4.	INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	646	13.5.1	DEPOIMENTO PESSOAL	658
7.5.	INTERVENÇÃO DE <i>AMICUS CURIAE</i>	646	13.5.2	PROVA DOCUMENTAL.....	659
8.	ATOS, TERMOS E PRAZOS PROCESSUAIS	647	13.5.3	PROVA TESTEMUNHAL	659
8.1.	HORÁRIOS E IDIOMA.....	647	13.5.4	INSPEÇÃO JUDICIAL	660
8.2	COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	647	13.5.5	PROVA PERICIAL.....	660
8.3.	CITAÇÃO	648	13.5.6	PROVAS E LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	661
8.4.	INTIMAÇÃO	648	14.	RAZÕES FINAIS E SENTENÇA.....	661
8.5.	DESPESAS PROCESSUAIS.....	649	14.1	RAZÕES FINAIS	661
8.5.1.	CUSTAS PROCESSUAIS.....	649	14.2.	SENTENÇA.....	661
8.5.2.	EMOLUMENTOS	650	14.3	COISA JULGADA	663
8.6.	NULIDADES	650	15.	TUTELAS PROVISÓRIAS.....	663
8.6.1	PRECLUSÃO	650	15.1	TUTELA DE URGÊNCIA	663
9.	PROCEDIMENTOS NOS DISSÍDIOS INDIVIDUAIS.....	650	15.2	PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE	663
9.1	PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	650	15.3	PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE	664
9.2	PROCEDIMENTO SUMÁRIO	651	15.4	TUTELA DA EVIDÊNCIA	664
9.3	PROCEDIMENTO ORDINÁRIO	651	16.	RECURSOS TRABALHISTAS	665
10.	RECLAMAÇÃO TRABALHISTA E PETIÇÃO INICIAL	651	16.1	PRESSUPOSTOS RECURSAIS	665
10.1	PETIÇÃO INICIAL	651	16.1.1.	CABIMENTO.....	665
10.2	DESISTÊNCIA DA AÇÃO	652	16.1.2.	LEGITIMIDADE PARA RECORRER	665
11.	AUDIÊNCIA	652	16.1.3.	INTERESSE DE RECORRER.....	666
11.1	PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À AUDIÊNCIA	652	16.1.4.	INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO OU EXTINTIVO DO PODER DE RECORRER.....	666
11.1.1	PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	652	16.1.5.	TEMPESTIVIDADE.....	666
11.1.2	PRINCÍPIO DA ORALIDADE	652	16.1.6	REPRESENTAÇÃO	666
11.1.3	PRINCÍPIO DA CONCILIAÇÃO	652	16.1.7.	PREPARO	667

16.2.	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	668	18.12	EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	681
16.3	EFEITOS RECURSAIS	668	18.13	EMBARGOS DE TERCEIRO	681
16.4	RECURSOS EM ESPÉCIE	668	18.14	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	682
16.4.1	RECURSO ORDINÁRIO	668	18.15	RESPONSABILIDADE SÓCIO RETIRANTE	682
16.4.1.1	JUÍZO DE RETRATAÇÃO	669	18.16	GRUPO ECONÔMICO	683
16.4.1.2	JULGAMENTO DE MÉRITO NO TRIBUNAL	669	18.17	FRAUDE CONTRA CREDORES	683
16.4.1.3	RECURSO ORDINÁRIO NO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	669	18.18	FRAUDE À EXECUÇÃO	683
16.4.2	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	669	18.19	EXPROPRIAÇÃO DE BENS	683
16.4.2.1	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS	670	18.19.1	ADJUDICAÇÃO	683
16.4.3	AGRAVO DE PETIÇÃO	670	18.19.2	ARREMATACÃO	684
16.4.4	AGRAVO DE INSTRUMENTO	671	18.20	REMIÇÃO DA EXECUÇÃO	684
16.4.5	RECURSO DE REVISTA	671	18.21	EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO	684
16.4.5.1	RECURSO DE REVISTA NA EXECUÇÃO	672	18.22	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	684
16.4.5.2	RECURSO DE REVISTA NO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO	672	19.	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	685
12.4.5.3	RECURSO DE REVISTA NA EXECUÇÃO FISCAL	672	19.1	INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NA QUALIDADE DE FISCAL DA LEI	685
16.4.5.4	PREQUESTIONAMENTO	672	19.2	ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	686
16.4.5.5	TRANSCENDÊNCIA	672	19.2.1	DAS RECOMENDAÇÕES	687
16.4.5.6.	DO TRANCAMENTO DO RECURSO DE REVISTA	672	19.2.2	TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA (TAC)	687
			19.2.2.1	EXECUÇÃO DE TAC	687
16.4.6	EMBARGOS NO TST	673	19.3	ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO COMO AUTOR DE AÇÕES	687
16.4.7	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	673	20.	TUTELA COLETIVA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO CIVIL COLETIVA	688
16.4.8	AGRAVO REGIMENTAL	674	20.1.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO CIVIL COLETIVA	688
16.4.9	RECURSO ADESIVO	674	20.2	TUTELAS COLETIVAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO: INIBITÓRIA E REPARATÓRIA	689
16.4.10.	RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	674	20.3	DANO MORAL COLETIVO	689
17.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	675	21.	AÇÃO ANULATÓRIA DE NORMAS COLETIVAS E ATOS DE FISCALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO	690
18.	EXECUÇÃO TRABALHISTA	676	21.1	AÇÃO ANULATÓRIA DE NORMAS COLETIVAS	690
18.1	PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO	676	21.2	AÇÃO ANULATÓRIA DE AUTOS DE INFRAÇÃO	690
18.2	TÍTULOS EXECUTIVOS	676	22.	AÇÃO RESCISÓRIA NO PROCESSO DO TRABALHO	690
18.3	LEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA	676	23.	MANDADO DE SEGURANÇA NO PROCESSO DO TRABALHO	692
18.4	COMPETÊNCIA	676	23.1	MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	693
18.5	MODALIDADES DA EXECUÇÃO	676	24.	AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO NO PROCESSO DO TRABALHO	694
18.6	CITAÇÃO	677	25.	HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL	694
18.7	MEDIDAS EXECUTIVAS INDIRETAS	677	26.	INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	694
18.8	NOMEAÇÃO DE BENS	678	27.	DISSÍDIOS COLETIVOS	695
18.9	PENHORA	678	27.1	COISA JULGADA	696
18.10	PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE	680	27.2	AÇÃO DE CUMPRIMENTO	696
18.11	EMBARGOS À EXECUÇÃO	680			

28. CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM.....	696	6.1. CONTROLE DIFUSO E CONTROLE CONCENTRADO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL.....	748
29. PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO.....	696	7. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	754
30. AÇÃO MONITÓRIA.....	697	8. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.....	754
31. HABEAS CORPUS E HABEAS DATA.....	697	9. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	756
31.1 HABEAS CORPUS.....	697	10. ORDEM SOCIAL.....	756
31.2 HABEAS DATA.....	698	11. ADCT.....	763
32. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA NO PROCESSO DO TRABALHO....	698		
33. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO.....	698		
34. TESES VINCULANTES DO TST.....	699		

DIREITO CONSTITUCIONAL 707

Paulo Lépure

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	707
---------------------------------------	-----

★ QUESTÕES..... 709

1. CONSTITUIÇÃO. CONCEITO. CLASSIFICAÇÃO. APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO.....	709	1. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	765
2. PODER CONSTITUINTE. CONCEITO, FINALIDADE, TITULARIDADE E ESPÉCIES. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. CLÁUSULAS PÉTREAS.....	714	2. PODER CONSTITUINTE E DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	774
3. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA.....	716	3. DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	776
4. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	717	4. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.....	777
4.1. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS....	719	5. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	779
4.2. AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS.....	722	5.1. DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS....	783
4.3. DIREITOS SOCIAIS.....	723	5.2. DIREITOS SOCIAIS.....	801
4.4. DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	730	5.3. DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	805
4.5. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS.....	731	5.4. DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS.....	808
5. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	732	5.4.1. SISTEMAS ELEITORAIS.....	809
5.1. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	732	5.4.2. IMPUGNAÇÃO DO MANDATO ELETIVO.....	811
5.2. ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	735	5.4.3. PARTIDOS POLÍTICOS.....	811
5.3. SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	737	6. ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	812
5.3.1. PODER LEGISLATIVO.....	737	7. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	821
5.3.1.1. PROCESSO LEGISLATIVO.....	738	8. SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	827
5.3.1.2. FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.....	740	8.1. PROCESSO LEGISLATIVO.....	835
5.3.2. PODER EXECUTIVO.....	741	8.2. PODER EXECUTIVO.....	838
5.3.3. PODER JUDICIÁRIO.....	742	8.3. PODER JUDICIÁRIO.....	841
5.3.4. SÚMULA VINCULANTE.....	744	9. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.....	847
5.4. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	745	10. PRECEDENTES E SÚMULA VINCULANTE.....	849
6. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	747	11. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	850
		12. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	859
		13. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	878
		14. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.....	880
		15. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA.....	883
		15.1. EXPLORAÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS PELO ESTADO.....	884
		16. ORDEM SOCIAL.....	885
		17. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS.....	891

★ DICAS..... 765

DIREITO ADMINISTRATIVO 893**Leandro Bortoleto e Luís Felipe Cirino**

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	893
--	-----

✦ QUESTÕES 895

1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	895
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR	896
3. AGENTES PÚBLICOS: DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS	903
4. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS FEDERAIS: LEI Nº 8.112/90	906
5. ATO ADMINISTRATIVO	913
6. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO	915
7. BENS PÚBLICOS	917
8. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	918
9. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92	919

✦ DICAS 923

1. CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO	923
2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	923
3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR	928
4. AGENTES PÚBLICOS: DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS	936
5. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	946
5.1. LEI Nº 8.112/90	946
6. PODERES ADMINISTRATIVOS	954
7. ATO ADMINISTRATIVO	958
8. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO NA LEI DAS ESTATAIS (LEI Nº 13.303/2016)	975
9. SERVIÇOS PÚBLICOS	976
10. BENS PÚBLICOS	983
11. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	985
12. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	987
13. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92	992

✦ SÚMULAS APLICÁVEIS 997**✦ STF 997**

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	997
SERVIDOR PÚBLICO	997
CONCURSO PÚBLICO	998
DEMISSÃO	998
DISPONIBILIDADE	998
REMUNERAÇÃO	998
TEMPO DE SERVIÇO	999
VITALICIDADE	999

NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO (NEPOTISMO)	999
PODER DE POLÍCIA	999
ATO ADMINISTRATIVO	999
BENS PÚBLICOS	999

✦ STJ 1000

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1000
SERVIDOR PÚBLICO	1000
CONCURSO PÚBLICO	1000
PROCESSO ADMINISTRATIVO	1000
BENS PÚBLICOS	1000
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	1001
IMPROBIDADE	1001

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E DIREITOS HUMANOS 1003**Paulo Lépre**

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1003
--	------

✦ QUESTÕES 1005**✦ I. DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO 1005**

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA E TEORIA GERAL	1005
2. SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: ESTADOS, ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E PESSOAS NATURAIS. CONVENÇÕES DE VIENA DE 1961 E 1963. PRERROGATIVAS E IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO DOS ESTADOS E DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	1006
3. ATIVIDADES DO ESTRANGEIRO NO BRASIL: LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS	1007
4. TRATADOS INTERNACIONAIS: VIGÊNCIA E APLICAÇÃO. EXIGIBILIDADE E EFETIVIDADE. HIERARQUIA E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE	1008
5. DIREITO NACIONAL E DIREITO ESTRANGEIRO. CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE	1008
6. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	1010
7. OMC E CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL. "DUMPING SOCIAL", "CLÁUSULA SOCIAL" E "SELO SOCIAL". PADRÕES TRABALHISTAS MÍNIMOS	1011
8. DIREITO COMUNITÁRIO E UNIÃO EUROPEIA. MERCOSUL. CONSTITUIÇÃO. LIVRE CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES	1011

✦ II. DIREITOS HUMANOS 1013

1. TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS	1013
2. TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS	1014

2.1.	TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS E O ORDENAMENTO JURÍDICO NACIONAL	1016	3.	DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO	1056
3.	SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	1016	4.	DA COMPETÊNCIA	1058
3.1.	ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS E SEUS TRATADOS E CONVENÇÕES	1017	5.	DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	1060
4.	DIREITOS HUMANOS E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1023	6.	DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	1062
✦	DICAS	1024	7.	DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO	1064
✦	I. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO.....	1024	8.	DOS ATOS PROCESSUAIS	1065
1.	SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO: ESTADOS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	1024	9.	DA TUTELA PROVISÓRIA.....	1065
2.	ÓRGÃOS DAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS: AGENTES DIPLOMÁTICOS E REPRESENTANTES CONSULARES	1024	10.	DAS PROVAS	1068
3.	A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO DOS ESTADOS: ORIGEM, FUNDAMENTOS, EXTENSÃO E LIMITES. IMUNIDADE DE EXECUÇÃO	1025	11.	DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA	1073
3.1.	IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO	1025	12.	DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	1075
3.2.	IMUNIDADE DE EXECUÇÃO	1025	13.	DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA	1075
4.	ATIVIDADES DO ESTRANGEIRO NO BRASIL: LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS	1025	14.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	1078
5.	TRATADOS INTERNACIONAIS: VIGÊNCIA E APLICAÇÃO. EXIGIBILIDADE E EFETIVIDADE. HIERARQUIA E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE	1028	15.	DA ORDEM E DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	1079
6.	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	1030	16.	RECURSOS	1081
7.	OMC E CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL	1031	17.	DAS AÇÕES COLETIVAS	1083
8.	CONFLITO DE LEIS NO ESPAÇO: OS PRINCÍPIOS DA <i>LEX LOCI EXECUTIONIS</i> E DE <i>LOCUS REGIT ACTUM</i>	1031	✦	DICAS.....	1087
9.	DIREITO COMUNITÁRIO. CONCEITO, PRINCÍPIOS E ORIENTAÇÕES SOCIAIS. UNIÃO EUROPEIA	1032	1.	MEIOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	1087
10.	MERCOSUL. CONSTITUIÇÃO. LIVRE CIRCULAÇÃO DE TRABALHADORES.....	1032	2.	NORMAS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	1088
11.	JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL DOS TRIBUNAIS SUPERIORES ..	1032	3.	JURISDIÇÃO	1090
✦	II. DIREITOS HUMANOS	1035	4.	AÇÃO E PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	1090
1.	HISTÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS.....	1035	5.	AUXILIARES DA JUSTIÇA	1093
2.	TEORIA, CONCEITOS E ELEMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS	1036	6.	ATOS PROCESSUAIS	1093
3.	DECLARAÇÕES E TRATADOS INTERNACIONAIS	1037	7.	COMPETÊNCIA	1096
			8.	PARTES, LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	1097
			9.	TUTELA PROVISÓRIA	1101
			10.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO, EXTINÇÃO DO PROCESSO E PROCEDIMENTO COMUM	1102
			11.	DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA	1111
			12.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA E VOLUNTÁRIA	1118
			13.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	1123
			14.	PROCESSO NOS TRIBUNAIS	1127
			15.	RECURSOS	1131
			16.	AÇÕES CONSTITUCIONAIS	1137
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	1049		DIREITO CIVIL	1141
	Luciano Alves Rossato			Wellington Pereira	
	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1049		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1141
1.	DAS NORMAS FUNDAMENTAIS E DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS.....	1051	✦	QUESTÕES	1143
2.	DEVERES DAS PARTES	1055	1.	LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	1143

2.	PARTE GERAL.....	1145	2.1.9.	DA PROVA.....	1192
2.1.	DAS PESSOAS NATURAIS	1145	2.2.	DAS OBRIGAÇÕES.....	1193
2.1.1.	MORTE PRESUMIDA	1149	2.3.	DOS CONTRATOS	1199
2.2.	DAS PESSOAS JURÍDICAS.....	1150	2.3.1.	TEORIA GERAL	1199
2.3.	DOS BENS.....	1151	2.3.2.	CONTRATOS EM ESPÉCIE	1207
2.4.	DO NEGÓCIO JURÍDICO.....	1152	2.3.3.	DO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA DE GARANTIAS	1210
2.4.1.	DISPOSIÇÕES GERAIS	1152	2.4.	DA RESPONSABILIDADE CIVIL	1210
2.4.2.	DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO... ..	1153	2.5.	DIREITO DAS COISAS	1212
2.4.3.	DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO... ..	1154	2.5.1.	GENERALIDADES	1212
3.	DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	1157	2.5.2.	POSSE.....	1213
3.1.	DAS MODALIDADES DAS OBRIGAÇÕES.....	1157	2.5.3.	DA PROPRIEDADE.....	1215
3.1.1.	DAS OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS	1157			
3.1.2.	DAS OBRIGAÇÕES DIVISÍVEIS	1158	✦	SÚMULAS APLICÁVEIS	1216
3.2.	DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	1158	1.	PARTE GERAL.....	1216
3.2.1.	DA NOVAÇÃO	1158	1.1.	CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO	1216
3.2.2.	DA COMPENSAÇÃO.....	1159	1.2.	FRAUDE CONTRA CREDORES.....	1216
3.3.	DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	1159	1.3.	PRESCRIÇÃO	1216
3.3.1.	DA MORA.....	1159	2.	CONTRATOS	1217
3.3.2.	DA CLÁUSULA PENAL	1160	2.1.	REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS	1217
4.	DOS CONTRATOS.....	1161	2.2.	COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA	1217
4.1.	DOS CONTRATOS EM GERAL.....	1161	2.3.	CONTRATO DE COMPRA E VENDA	1217
4.2.	DAS VÁRIAS ESPÉCIES DE CONTRATO.....	1163	2.4.	CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS.....	1217
4.2.1.	DA FIANÇA.....	1163	2.5.	CONTRATO DE MÚTUO	1217
5.	DA RESPONSABILIDADE CIVIL	1163	2.6.	CONTRATO DE SEGURO	1217
5.1.	OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR	1164	2.7.	CONTRATO DE FIANÇA	1218
6.	DO DIREITO DE EMPRESA	1168	2.8.	CONSÓRCIO.....	1218
6.1.	DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS SÓCIOS.....	1168	2.9.	JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.....	1218
			3.	RESPONSABILIDADE CIVIL	1218
✦	DICAS.....	1169	3.1.	DANO MORAL	1218
1.	LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO....	1169	3.2.	CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO	1218
2.	O CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	1171	3.3.	AÇÃO REGRESSIVA – CONTRATO DE SEGURO	1219
2.1.	PARTE GERAL	1173	3.4.	ACIDENTE DE TRÂNSITO.....	1219
2.1.1.	DAS PESSOAS NATURAIS	1173	3.5.	CONTRATO DE TRANSPORTE	1219
2.1.2.	DAS PESSOAS JURÍDICAS	1178	3.6.	ESTABELECIMENTO BANCÁRIO	1219
2.1.3.	DO DOMICÍLIO	1182	3.7.	FURTO EM ESTACIONAMENTO	1219
2.1.4.	DOS BENS	1183	3.8.	LEI DE IMPRENSA.....	1219
2.1.4.1.	DO BEM DE FAMÍLIA	1184	3.9.	MORTE DE FILHO MENOR.....	1219
2.1.5.	DO FATO JURÍDICO	1184	3.10.	COBRANÇA EXCESSIVA	1219
2.1.6.	DO NEGÓCIO JURÍDICO	1185	4.	DIREITO DAS COISAS.....	1219
2.1.7.	TEORIA DAS INVALIDADES DO NEGÓCIO JURÍDICO	1189	4.1.	POSSE	1219
2.1.8.	DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA	1190	4.2.	USUCAPIÃO.....	1220
			4.3.	AÇÕES POSSESSÓRIAS	1220

DIREITO PREVIDENCIÁRIO 1221**Adriana Menezes**

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1221
--	------

+ QUESTÕES..... 1223

1. SEGURIDADE SOCIAL – SAÚDE, ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1223
2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEGURIDADE SOCIAL	1225
3. DEPENDENTES DO RGPS.....	1226
4. ACIDENTE DO TRABALHO	1226
5. DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE	1233
6. DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	1235
7. A CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS.....	1236
8. DA DECADÊNCIA E DA PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E AOS CRÉDITOS DAS CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL	1237

+ DICAS (RESUMO) 1239

1. SEGURIDADE SOCIAL – EVOLUÇÃO LEGISLATIVA.....	1239
2. SEGURIDADE SOCIAL - CONCEITO, ORGANIZAÇÃO E DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS	1241
2.1. SAÚDE.....	1241
2.1.1. AÇÕES PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS.....	1243
2.2. ASSISTÊNCIA SOCIAL	1245
2.3. PREVIDÊNCIA SOCIAL	1246
3. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SEGURIDADE SOCIAL	1248
4. PRINCÍPIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	1250
5. CONSELHOS.....	1250
5.1. O CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA (CNPS)	1250
5.2. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS)	1251
5.3. CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (CRPS)	1251
6. OS BENEFICIÁRIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)	1252
7. DO ACIDENTE DO TRABALHO	1261
8. DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS.....	1263
8.1. DOS BENEFÍCIOS EM ESPÉCIE	1265
8.2. DOS SERVIÇOS	1289
9. SEGURO-DESEMPREGO	1290
10. DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	1292
11. FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL – PARTE CONSTITUCIONAL	1292

12. SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	1294
13. DA CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS.....	1297
14. DA CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS E DO EMPREGADOR DOMÉSTICO	1299
15. DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	1301
16. DOS PRAZOS DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.....	1302
17. DAS OUTRAS RECEITAS DA SEGURIDADE SOCIAL.....	1303
18. DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.....	1303
19. DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL	1303
20. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – BPC LOAS	1304
21. PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO	1308
22. CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA	1312
23. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	1313
24. O PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	1314
25. CRIMES PREVIDENCIÁRIOS	1316
25.1. CRIME DE APROPRIAÇÃO INDEBIDA PREVIDENCIÁRIA	1316
25.2. CRIME DE SONEGAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	1317
25.3. ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO	1318
25.4. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	1318
25.5. INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES.....	1318
25.6. MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES	1319
26. AÇÕES JUDICIAIS EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA	1319

+ SÚMULAS IMPORTANTES..... 1321

1. SEGURADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	1321
1.1. EMPREGADOS	1321
1.2. SEGURADOS ESPECIAIS	1321
1.3. SEGURADOS CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS	1321
2. DEPENDENTES DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	1321
3. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS.....	1322
3.1. AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA (ANTIGO AUXÍLIO-DOENÇA)	1322
3.2. AUXÍLIO-ACIDENTE	1322
3.3. APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE (ANTIGA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ)	1322
3.4. APOSENTADORIA POR IDADE	1323
3.5. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	1323
3.6. APOSENTADORIA ESPECIAL	1323
3.7. SALÁRIO-MATERNIDADE	1324

3.8.	PENSÃO POR MORTE	1324
3.9.	OUTRAS SÚMULAS ACERCA DE BENEFÍCIOS	1324
4.	DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	1325
4.1.	DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1325
4.2.	DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO	1325
4.3.	DA CONTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS	1325
4.4.	DA DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DA SEGURIDADE SOCIAL	1325
5.	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – BPC	1325
6.	PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR PÚBLICO	1325
7.	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	1326

DIREITO PENAL 1327

Danilo da Cunha Sousa

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1327
--	------

★ QUESTÕES 1329

1.	PARTE GERAL	1329
2.	PARTE ESPECIAL	1330
2.1.	CRIMES CONTRA A PESSOA	1330
2.2.	CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	1333
2.3.	CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	1334
2.4.	CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	1335
2.5.	CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1336
2.6.	CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA	1337
3.	LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	1338

★ DICAS 1340

1.	PARTE GERAL	1340
2.	INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PENAL	1340
2.1.	ANALOGIA	1340
3.	CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS	1341
4.	APLICAÇÃO DA LEI PENAL	1341
4.1.	A LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO	1341
4.2.	TEMPO E LUGAR DO CRIME	1341
4.3.	LEI PENAL EXCEPCIONAL, ESPECIAL E TEMPORÁRIA	1342
4.4.	TERRITORIALIDADE E EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI PENAL	1342
4.5.	PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO	1342
4.6.	TRANSFERÊNCIA DE EXECUÇÃO DE PENA	1342
4.7.	IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL	1343
5.	TEORIA DO DELITO	1343

5.1.	TEORIA DO TIPO. O FATO TÍPICO E SEUS ELEMENTOS	1344
5.1.1.	CONDUTA	1345
5.1.2.	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE. TEORIAS. IMPUTAÇÃO OBJETIVA	1345
5.1.3.	TIPICIDADE	1346
6.	ANTI JURICIDADE	1347
6.1.	CULPABILIDADE	1348
6.2.	CONDIÇÕES OBJETIVAS DE PUNIBILIDADE E ESCUSAS ABSOLUTÓRIAS	1348
6.3.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ. ARREPENDIMENTO POSTERIOR. CRIME IMPOSSÍVEL	1348
7.	ERRO	1349
8.	DO CONCURSO DE PESSOAS	1349
9.	PARTE ESPECIAL	1350
9.1.	CRIMES CONTRA A PESSOA	1350
9.1.1.	CRIMES DE PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE	1350
9.1.2.	CRIMES CONTRA A HONRA	1351
9.1.3.	CRIMES CONTRA A LIBERDADE PESSOAL	1352
9.2.	CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	1355
9.2.1.	LEI Nº 13.718/2018	1356
9.3.	CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	1357
9.4.	DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1359
9.5.	CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	1371
10.	OUTROS CRIMES	1372

★ SÚMULAS APLICÁVEIS 1383

1.	APLICAÇÃO DA LEI PENAL	1383
2.	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	1383
3.	PENA	1383
4.	PRESCRIÇÃO	1384
5.	TIPIFICAÇÃO PENAL	1384
6.	EXECUÇÃO PENAL	1384
7.	ESTATUTO DO DESARMAMENTO	1385
8.	LEI DE DROGAS	1385

DIREITO EMPRESARIAL 1387

**Danniel Trindade e Mariana Vieira de
Mello Costa**

★ QUESTÕES 1389

1.	TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL	1389
----	---	------

2.	EMPRESÁRIO	1390
3.	ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	1390
4.	DIREITO SOCIETÁRIO	1391
4.1.	SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS	1391
4.2.	SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	1392
4.3.	SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES.....	1392
4.4.	SOCIEDADES LIMITADAS.....	1393
4.5.	SOCIEDADE ANÔNIMA	1394
4.6.	SOCIEDADES COOPERATIVAS	1395
4.7.	OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	1395
5.	DIREITO FALIMENTAR E RECUPERACIONAL	1396

✦ DICAS (RESUMO) 1400

1.	TEORIA GERAL DO DIREITO EMPRESARIAL.....	1400
2.	EMPRESÁRIO	1401
3.	ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	1403
4.	REGISTRO E ESCRITURAÇÃO.....	1405
5.	DIREITO SOCIETÁRIO	1406
6.	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	1415
7.	TÍTULOS DE CRÉDITO	1416
8.	CONTRATOS EMPRESARIAIS	1425
9.	FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESA	1432
9.1.	ASPECTOS GERAIS.....	1432
9.1.1.	APLICABILIDADE DA LEI	1432
9.1.2.	COMPETÊNCIA	1432
9.1.3.	INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1432
9.1.4.	VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS.....	1432
9.1.5.	ADMINISTRADOR JUDICIAL.....	1432
9.1.6.	ASSEMBLEIA DE CREDORES.....	1433
9.1.7.	COMITÊ DE CREDORES.....	1433
9.1.8.	EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA OU O DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	1433
9.1.9.	POSSIBILIDADE DA CHAMADA INSOLVÊNCIA TRANSNACIONAL	1433
9.1.10.	JUSTIÇA MULTIPORTAS NO ÂMBITO DA FALÊNCIA E DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	1434
9.2.	RECUPERAÇÃO JUDICIAL	1434
9.2.1.	COMPETÊNCIA	1434
9.2.2.	LEGITIMADOS.....	1434
9.2.3.	CRÉDITOS SUJEITOS À RECUPERAÇÃO	1434

9.2.4.	PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	1435
9.3.	RECUPERAÇÃO JUDICIAL ESPECIAL	1436
9.4.	RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	1436
9.5.	FALÊNCIA	1437
9.5.1.	INCIDÊNCIA DA LEI	1437
9.5.2.	ÓRGÃOS DA FALÊNCIA	1437
9.5.3.	EFEITOS DA FALÊNCIA	1438
9.5.4.	PROCESSO DE FALÊNCIA.....	1438
9.6.	PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO	1439
9.7.	INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DE ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA	1439
9.8.	REALIZAÇÃO DO ATIVO	1439
9.9.	CLASSIFICAÇÃO E PAGAMENTO DOS CREDORES	1439
9.10.	ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA	1440
9.11.	EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO	1440
10.	PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	1440

REGIME JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO 1447

Plínio Marcos Prudente Rocha

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1447
--	------

✦ QUESTÕES 1449

1.	ANTECEDENTES HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL	1449
2.	O MINISTÉRIO PÚBLICO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	1449
3.	PRINCÍPIOS, GARANTIAS E VEDAÇÕES	1452
4.	CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1454
5.	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO: ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E CARREIRA	1455
6.	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	1460
6.1.	ORGANIZAÇÃO	1460
6.1.1.	PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO	1460
6.1.2.	CONSELHO SUPERIOR DO MPT	1462
6.1.3.	CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO ..	1464
6.1.4.	CORREGEDORIA	1464
6.1.5.	COLÉGIO DE PROCURADORES DO TRABALHO.....	1465
6.2.	PRERROGATIVAS INSTITUCIONAIS E PROCESSUAIS	1465
6.3.	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO: DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DA LC 75/1993.....	1468

✦ DICAS (RESUMO) 1472

✦ SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIAS APLICÁVEIS 1472

1. PRINCÍPIOS, GARANTIAS, VEDAÇÕES E PRERROGATIVAS DOS MEMBROS DO MPU/ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	1472
2. REGULAMENTO DE CARREIRA (MEMBROS DO MPU E SERVIDORES PÚBLICOS).....	1473
✦ DICAS.....	1474
1. ORGANIZAÇÃO DO MPU E DO CNMP.....	1474
2. PRINCÍPIOS, GARANTIAS, VEDAÇÕES E PRERROGATIVAS DOS MEMBROS DO MPU.....	1475
3. FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO MPU.....	1475

DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO..... 1477

Tiago A. P. Anibal

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES	1477
--	------

✦ QUESTÕES..... 1479

1. MEIO AMBIENTE E CONSTITUIÇÃO	1479
2. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL	1480
3. FONTES DE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO	1482
4. MEIO AMBIENTE E CONSTITUIÇÃO	1484
5. FONTES DE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO.....	1485
6. MEIO AMBIENTE (VIGILÂNCIA E SAÚDE).....	1486
7. LEGISLAÇÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR	1488

✦ DICAS..... 1492

1. ECOLOGIA: TEORIAS E CONCEITOS BÁSICOS. DIREITO E ECOLOGIA. DIREITO DO TRABALHO E ECOLOGIA. INTERDISCIPLINARIDADE DO DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO. ANTROPOCENO. DISTINÇÃO HUMANO/CULTURA E NATUREZA: PANORAMA E CRÍTICA. CRISE CLIMÁTICA. TRABALHO E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA JUSTA. SOCIEDADE DE RISCO.....	1492
1.1. ECOLOGIA: TEORIAS E CONCEITOS BÁSICOS.....	1492
1.2. DIREITO E ECOLOGIA	1493
1.3. DIREITO DO TRABALHO E ECOLOGIA	1494
1.4. INTERDISCIPLINARIDADE DO DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO.....	1494
1.5. ANTROPOCENO. DISTINÇÃO HUMANO/CULTURA E NATUREZA: PANORAMA E CRÍTICA. CRISE CLIMÁTICA	1495
1.6. TRABALHO E TRANSIÇÃO ECOLÓGICA JUSTA	1496
1.7. SOCIEDADE DE RISCO	1496
2. MEIO AMBIENTE E CONSTITUIÇÃO. ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO E ESTADO ECOLÓGICO DE DIREITO. MÍNIMO EXISTENCIAL ECOLÓGICO. DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE	

EQUILIBRADO. DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA, À SAÚDE E À INCOLUMIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DO TRABALHADOR. DIREITOS AMBIENTAIS PROCEDIMENTAIS. DEVERES FUNDAMENTAIS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE. EFICÁCIA HORIZONTAL. FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE	1497
2.1. MEIO AMBIENTE E CONSTITUIÇÃO. ESTADO SOCIOAMBIENTAL DE DIREITO E ESTADO ECOLÓGICO DE DIREITO.....	1497
2.2. MÍNIMO EXISTENCIAL ECOLÓGICO.....	1498
2.3. DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO	1498
2.4. DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO	1499
2.5. DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA, À SAÚDE E À INCOLUMIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DO TRABALHADOR...	1499
2.6. DIREITOS AMBIENTAIS PROCEDIMENTAIS	1500
2.7. DEVERES FUNDAMENTAIS DE PROTEÇÃO DO AMBIENTE	1502
2.8. EFICÁCIA HORIZONTAL	1503
2.9. FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE.....	1503
3. MEIO AMBIENTE. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. PROTEÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL, LEGISLATIVA E REGULAMENTAR	1503
3.1. MEIO AMBIENTE	1503
3.2. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	1504
3.3. PROTEÇÃO JURÍDICA DA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR.....	1504
3.4. POLÍTICA DE SAÚDE DO TRABALHADOR.....	1505
3.5. VIGILÂNCIA E SAÚDE	1507
3.6. SAÚDE MENTAL NO TRABALHO	1508
3.7. NORMAS AMBIENTAIS COM REPERCUSSÃO SOBRE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR.....	1508
3.8. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL, LEGISLATIVA E REGULAMENTAR.....	1510
4. PRINCÍPIOS DE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO: PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO, PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO, PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR, PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL, PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO, PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL, PRINCÍPIO IN DUBIO PRO AMBIENTE, PRINCÍPIO DA TRANSVERSALIDADE, PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE AMBIENTAL	1510
4.1. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO	1510
4.2. PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO	1511
4.3. PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR	1511

4.4.	PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1511	ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO (SESMT). PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO). PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR)	1519	
4.5.	PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO AMBIENTAL	1512			
4.6.	PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	1512			
4.7.	PRINCÍPIO DA PARTICIPAÇÃO	1513	8.1.	LEGISLAÇÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR	1519
4.8.	PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DO RETROCESSO SOCIOAMBIENTAL.....	1513	8.2.	NORMAS REGULAMENTADORAS SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO URBANO E RURAL	1519
4.9.	PRINCÍPIO <i>IN DUBIO PRO AMBIENTE</i>	1513	8.3.	NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO.....	1521
4.10.	PRINCÍPIO DA TRANSVERSALIDADE	1514	8.4.	COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES [E DE ASSÉDIO] (CIPA)	1521
4.11.	PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE AMBIENTAL	1514	8.5.	SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA E EM MEDICINA DO TRABALHO (SESMT)	1522
5.	FONTES DE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO: CONSTITUIÇÃO FEDERAL, TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS, OPINIÕES CONSULTIVAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, CONVENÇÕES DA OIT E LEGISLAÇÃO EM MATÉRIA DE SAÚDE NO TRABALHO. HIERARQUIA DAS CONVENÇÕES DA OIT E DOS TRATADOS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL. DIÁLOGO DAS FONTES	1515	8.6.	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO)	1522
5.1.	FONTES DE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO: CONSTITUIÇÃO FEDERAL, TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS, OPINIÕES CONSULTIVAS DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, CONVENÇÕES DA OIT E LEGISLAÇÃO EM MATÉRIA DE SAÚDE NO TRABALHO	1515	8.7.	PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR)	1523
5.2.	HIERARQUIA DAS CONVENÇÕES DA OIT E DOS TRATADOS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA AMBIENTAL.....	1515	9.	RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL. TEORIAS. RISCO. RESPONSABILIDADE CIVIL PREVENTIVA. RESPONSABILIDADE INTERGERACIONAL. DANO AMBIENTAL TRABALHISTA PRESENTE E FUTURO. PRESCRIÇÃO. PREVENÇÃO, ABRANGÊNCIA E REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL TRABALHISTA	1523
5.3.	DIÁLOGO DAS FONTES	1516	9.1.	RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL.....	1523
6.	POLUIÇÃO AMBIENTAL TRABALHISTA. CONCEITO, RISCOS AMBIENTAIS TRABALHISTAS E REPERCUSSÕES. GREVE AMBIENTAL	1516	9.2.	TEORIAS. RISCO.....	1524
6.1.	POLUIÇÃO AMBIENTAL TRABALHISTA. CONCEITO ..	1516	9.3.	RESPONSABILIDADE CIVIL PREVENTIVA. RESPONSABILIDADE INTERGERACIONAL. DANO AMBIENTAL TRABALHISTA PRESENTE E FUTURO ...	1524
6.2.	RISCOS AMBIENTAIS TRABALHISTAS E REPERCUSSÕES.....	1516	9.4.	PRESCRIÇÃO	1525
6.3.	GREVE AMBIENTAL	1517	9.5.	PREVENÇÃO, ABRANGÊNCIA E REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL TRABALHISTA	1525
7.	TRABALHO EM CONDIÇÕES PREJUDICIAIS À SAÚDE E À SEGURANÇA. TRABALHO PERIGOSO, INSALUBRE E PENOSO. ADICIONAIS	1517	9.6.	ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS: CARACTERIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE JURÍDICA	1526
7.1.	TRABALHO EM CONDIÇÕES PREJUDICIAIS À SAÚDE E À SEGURANÇA.....	1517	10.	POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS. SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SEGURANÇA DE BARRAGENS. LEI DE BARRAGENS.....	1526
7.2.	TRABALHO PERIGOSO, INSALUBRE E PENOSO. ADICIONAIS	1518	10.1.	POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS	1527
8.	LEGISLAÇÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR. NORMAS REGULAMENTADORAS SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO URBANO E RURAL. NEXO TÉCNICO EPIDEMIOLÓGICO. COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CIPA). SERVIÇO ESPECIALIZADO EM		10.2.	SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SEGURANÇA DE BARRAGENS	1527
			10.3.	LEI DE BARRAGENS.....	1527
			11.	LEGISLAÇÃO DE AGROTÓXICOS.....	1528
			12.	JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES SOBRE DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO	1528